



ASSOCIAÇÃO RUMO À VIDA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Resultados por Funções	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Anexo.....	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	10
3.1. Bases de Apresentação	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	12
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	15
5. Ativos Fixos Tangíveis	16
6. Locações.....	16
7. Rédito.....	17
8. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	17
9. Benefícios dos empregados	17
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	18
11. Outras Informações	18
11.1. Investimentos Financeiros	18
11.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	18
11.3. Clientes e Utentes.....	18
11.4. Outras contas a receber.....	19
11.5. Caixa e Depósitos Bancários	19
11.6. Fundos Patrimoniais	19
11.7. Fornecedores	19
11.8. Estado e Outros Entes Públicos	19
11.9. Outras Contas a Pagar.....	20
11.10. Subsídios, doações e legados à exploração	20
11.11. Fornecimentos e serviços externos	20
11.12. Outros rendimentos e ganhos	21
11.13. Outros gastos e perdas	21
11.14. Resultados Financeiros	22
11.15. Acontecimentos após data de Balanço.....	22

Balanço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5 e 6	82.255,09	60.998,47
Investimentos financeiros	11.1	1.689,19	854,54
Subtotal		83.944,28	61.853,01
Ativo corrente			
Estado e outros Entes Públicos	11.8	1.487,98	1.288,69
Outras contas a receber	11.4		438,56
Diferimentos		800,00	
Caixa e depósitos bancários	11.5	63.841,07	59.175,25
Subtotal		66.129,05	60.902,50
Total do Ativo		150.073,33	122.755,51
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	11.6	36.612,41	21.344,06
Outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	52.690,82	29.313,75
Subtotal		89.303,23	50.657,81
Resultado Líquido do período		(2.296,77)	(19.727,42)
Total do fundo do capital		87.006,46	30.930,39
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	11.9	17.414,28	21.910,08
Subtotal		17.414,28	21.910,08
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	4.723,30	7.484,65
Estado e outros Entes Públicos	11.8	7.281,74	7.535,29
Diferimentos (Valores relativos a 2017)			9.774,00
Outras contas a pagar	11.9	33.647,55	45.121,10
Subtotal		45.652,59	69.915,04
Total do passivo		63.066,87	91.825,12
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		150.073,33	122.755,51

Unidade Monetária: Euros

Matosinhos, 23 de Fevereiro 2018

O Contabilista Certificado

A Direção,

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	7	35.922,17	41.506,08
Subsídios, doações e legados à exploração	8 e 11.10	213.857,88	160.323,61
Fornecimentos e serviços externos	11.11	(71.607,44)	(48.104,85)
Gastos com o pessoal	9	(175.075,97)	(166.153,97)
Outros rendimentos e ganhos	11.12	6.740,93	2.686,40
Outros gastos e perdas	11.13	(129,21)	(61,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9.708,36	(9.803,73)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(11.247,65)	(8.842,40)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1.539,29)	(18.646,13)
Juros e rendimentos similares obtidos		122,29	
Juros e gastos similares suportados	11.14	(879,77)	(1.081,29)
Resultados antes de impostos		(2.296,77)	(19.727,42)
Resultado líquido do período		(2.296,77)	(19.727,42)

Unidade Monetária: Euros

Matosinhos, 23 de Fevereiro 2018

O Contabilista Certificado

A Direção,

Demonstração dos Resultados por Funções

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Actividade Ensino	Actividade CAO	Outras actividades IPSS	PERÍODOS	
					2017	2016
Vendas e serviços prestados	a	79.038,46	127.302,88	2.570,00	208.911,34	156.384,57
Custo das vendas e dos serviços prestados	b	-69.709,37	-120.023,09	-1.666,55	(191.399,01)	(160.542,89)
Resultado bruto		9.329,09	7.279,79	903,45	17.512,33	(4.158,32)
Outros rendimentos	c			30.759,14	30.759,14	21.809,62
Gastos de distribuição					-	-
Gastos administrativos	d	-12.665,06	-12.665,73	-17.148,23	(42.479,02)	(37.304,66)
Outros gastos				-8.089,22	(8.089,22)	(74,21)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-3.335,97	-5.385,94	6.425,14	(2.296,77)	(19.727,57)
Gastos de financiamento (líquidos)					-	0,15
Resultados antes de impostos		-3.335,97	-5.385,94	6.425,14	(2.296,77)	(19.727,42)
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período		-3.335,97	-5.385,94	6.425,14	(2.296,77)	(19.727,42)

Matosinhos, 23 de Fevereiro 2018

O Contabilista Certificado

A Direção,

Notas:

- a) No valor de Vendas e Serviços Prestados está incluído o valor recebido a título de Subsídio da DGEST, no caso do ensino; da Segurança Social a título de comparticipação com os alunos do CAO; Nas outras Atividades estão Quotas e Serviços complementares prestados em apoio às famílias e terapias.
- b) Inclui todos os gastos dispendidos directamente com cada uma das valências;
- c) Nos Outros Rendimentos estão registados os Donativos recebidos
- d) Gastos Administrativos são Gastos indirectos com as várias valências.

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1			9.593,51				(19.614,45)			(10.020,94)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Aprovação de contas				(19.614,45)				19.614,45			
Ajustamentos - recebimentos relativos a 2015/6 (DGESTE e CMM)				31.365,00							31.365,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais (Subsídios ao investimento)							29.313,75				29.313,75
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	-	11.750,55	-	-	29.313,75	19.614,45	-	-	60.678,75
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							(19.727,42)			(19.727,42)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3							(112,97)	-	-	40.951,33
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	1+4+5	-	-	21.344,06	-	-	29.313,75	(19.727,42)	-	-	30.930,39

Matosinhos, 23 de Fevereiro 2018

O Contabilista Certificado

A Direção,

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	-	-	-	21.344,06	-	-	29.313,75	(19.727,42)	-	-	30.930,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Aprovação de contas				(19.727,42)					19.614,45			
Ajustamentos - recebimentos relativos a 2015/16 (DGESTE e SS)				34.995,77								34.995,77
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais (Fundação EDP)				-			23.377,07					23.377,07
	7	-	-	-	15.268,35	-	-	23.377,07	19.614,45	-	-	58.372,84
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								(2.296,77)			(2.296,77)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								17.317,68	-	-	56.076,07
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10	-	-	-	36.612,41	-	-	52.690,82	(2.296,77)	-	-	87.006,46

Matosinhos, 23 de Fevereiro 2018

A Direção,

O Contabilista Certificado

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes e utentes	31.963,61	123.821,58
Pagamento a fornecedores	(44.227,97)	(27.849,78)
Pagamentos ao pessoal	(159.656,37)	(149.242,85)
Caixa gerada pelas operações	(171.920,73)	(53.271,05)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	171.357,95	95.291,24
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(562,78)	42.020,19
Fluxos de caixa das actividade de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	(41.648,12)	(36.902,19)
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)	(41.648,12)	(36.902,19)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Financiamentos obtidos (Subs. Ao investimento)</i>	28.016,00	32.000,00
<i>Realizações de fundos</i>		
<i>Cobertura de prejuízos</i>		
<i>Doações</i>	19.739,47	21.809,62
<i>Outras operações de financiamento</i>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>		
<i>Juros e gastos similares</i>	(878,75)	(1.142,29)
<i>Dividendos</i>		
<i>Reduções do fundo</i>		
<i>Outras operações de financiamento</i>		
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)	46.876,72	52.667,33
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4.665,82	57.785,33
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	59.175,25	1.389,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período	63.841,07	59.175,25

Unidade Monetária: Euros

Matosinhos, 23 de Fevereiro 2018

O Contabilista Certificado

A Direção,

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação Rumo à Vida é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação com estatutos publicados no Diário da República nº 46 de 06/03/2007, Série II, registada com o NIPC 507 972 732, sendo uma IPSS Reg. nº 75/08 de 17/09/2008- NISS 20018981987, com sede na Rua Central do Seixo, Matosinhos. Na sua atividade esta enquadrada em dois CAE: Principal 94995 (Atividades das organizações associativas) e Secundário 85201 (Atividades de ensino básico). Tem como missão apoiar pessoas com deficiência moderada e alguma autonomia, para que possa alcançar os seguintes objetivos:

- Orientar e acompanhar jovens/adultos com deficiência em idade pós-escolar desenvolvendo a autonomia destes com vista à inclusão na vida social ativa.
- Promover o aperfeiçoamento de habilidades e competências adquiridas e o desenvolvimento de aptidões que lhes permitam encontrar uma área de trabalho e um espaço de vida onde possam prestar o seu contributo e se sintam felizes.

O ano de 2015 representou um marco para a Associação, pois tratou-se do início da prestação de serviço de educação e CAO - ano letivo de 2015-2016 - num espaço adequado aos fins sociais, cedido a título de contrato de comodato pela Camara Municipal de Matosinhos, onde é a sede e se desenvolve a atividade.

Em 2017, (ano letivo de 2017-18, iniciado em setembro) foi um ano de consolidação plena, considerando que foi o primeiro ano em que as duas atividades Ensino e CAO ficaram com os contratos com o Ministério do Educação e da Segurança Social devidamente protocolados e estabilizados.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2014 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2017 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

Em 2017 foram considerados em Resultados de Exercícios anteriores todos os valores recebidos em 2017, a título de Subsídios para as atividades Ensino e CAO, que eram referentes aos anos de 2015 /16.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade, ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	7
Outros ativos tangíveis (Elevador)	12

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Investimentos financeiros

Encontram-se registados nesta rubrica os valores entregues relativos aos Fundos de Compensação Salarial, de acordo com a legislação em vigor.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo, subtraindo as perdas por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando a imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), tal como previsto na NCRF-ESNL.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Loações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Loações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No exercício em apreço a Associação não teve rendimentos não abrangidos pela isenção, pelo que não tem apuramento de IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Edifícios e outras construções	-	2.026,70	-	-	-	2.026,70
Equipamento básico	4.315,88	4.759,29	-	-	-	9.075,17
Equipamento de transporte	35.064,36	23.587,99	-	-	-	58.652,35
Equipamento administrativo	485,94	-	-	-	-	485,94
Outros Ativos fixos tangíveis	36.260,17	2.130,29	-	-	-	38.390,46
Total	76.126,35	32.504,27	-	-	-	108.630,62
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	67,56	-	-	-	67,56
Equipamento básico	1.212,45	1.427,74	-	-	-	2.640,19
Equipamento de transporte	10.853,25	5.851,62	-	-	-	16.704,87
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	40,50	97,19	-	-	-	137,69
Outros Ativos fixos tangíveis	3.021,68	3.803,54	-	-	-	6.825,22
Total	15.127,88	11.247,65	-	-	-	26.375,53

6. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2017			2016		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento de transporte	35.064,36	(16.704,87)	18.359,49	35.064,36	(10.853,25)	24.211,11
Total	35.064,36	(16.704,87)	18.359,49	35.064,36	(10.853,25)	24.211,11

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	4.759,07	772,83	5.531,90	3.714,63	962,54	4.677,17
De um a cinco anos	16.334,26	1.092,67	17.426,93	21.910,08	1.865,50	23.775,58
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	21.093,33	1.865,50	22.958,83	25.624,71	2.828,04	28.452,75

7. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	-	860,00
Prestação de Serviços		
Quotas dos utilizadores	33.352,17	37.706,08
Quotas e Jóias	2.570,00	2.940,00
Total	35.922,17	41.506,08

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
IEFP Norte	12.328,86	21.396,90
C.M. Matosinhos	24.778,65	59.253,60
Min- Educação - DGEstE	54.911,23	65.582,04
Segurança Social - Acordo coop. CAO	91.202,29	7.485,45
Total	183.221,03	153.717,99

9. Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 16 trabalhadores.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao Pessoal	137.773,78	134.003,05
Indemnizações	220,00	-
Encargos sobre as Remunerações	29.758,25	29.261,14
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.974,18	787,75
Outros Gastos com o Pessoal	5.349,76	2.102,03
Total	175.075,97	166.153,97

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “*Investimentos Financeiros*”:

Descrição	2017	2016
Investimentos noutras empresas	-	-
Fundos de compensação	1.689,19	854,54
Total	1.689,19	854,54

11.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Esta rubrica não tem valores em saldos pelo facto de a Associação registar as suas receitas e emitir o correspondente recibo (donativos), ou fatura-recibo (quotas), no momento de recebimento.

11.3. Clientes e Utentes

Esta rubrica não tem valores em saldos pelo facto de a Associação registar as suas receitas e emitir o correspondente recibo, ou fatura-recibo, no momento de recebimento.

Não existem mensalidades contratualizadas com utentes por regularizar.

11.4. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Outros Devedores		438,56
Total	-	438,56

11.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	855,43	239,15
Depósitos à ordem	16.485,64	1.936,10
Depósitos a prazo	46.500,00	57.000,00
Total	63.841,07	59.175,25

11.6. Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	-	-	-	-
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	21.344,06	34.995,77	(19.727,42)	36.612,41
Outras variações nos fundos patrimoniais	29.313,75	28.016,00	(4.638,93)	52.690,82
EDP	29.313,75	8.000,00	(3.981,04)	33.332,71
BPI Capacitar	-	15.016,00		15.016,00
LisbonPH (Farmacia Activa)	-	5.000,00	(657,89)	4.342,11
Total	50.657,81	63.011,77	(24.366,35)	89.303,23

O aumento de 34.995,77€ está justificado no mapa Demonstração de Variação dos Fundos Próprios, de acordo com as políticas e referencial contabilístico, conforme nota 2.

11.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “*Fornecedores*” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	4.723,30	7.484,65
Total	4.723,30	7.484,65

Não existem valores em mora.

11.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.487,98	1.288,69
Total	1.487,98	1.288,69
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	1.555,91
Imp. sobre o Rend. das Pessoas Sing. (IRS)	895,00	1.193,50
Segurança Social	6.250,27	4.637,50
Outros Impostos e Taxas(Fundo Compen.)	136,47	148,38
Total	7.281,74	7.535,29

O Valor em IVA, no Ativo, decorre da quantificação do benefício de 50 % do valor do IVA das refeições e dos bens de imobilizado (investimentos), nos termos do Dec. Lei nº20/90, de 13 de janeiro.

11.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes			-	
Segurança social (mensalidades em reg.)			-	10.025,94
Fornecedores de Investimentos	17.414,28	5.427,17	21.910,08	11.714,64
Credores por acréscimos de gastos		27.442,16	-	18.576,63
Outros credores		778,22	-	4.803,89
Total	17.414,28	33.647,55	21.910,08	45.121,10

11.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades		
Doações particulares / Eventos	2.534,00	7.303,75
Doações Empresas / Mecenaz	16.713,85	3.381,79
Consignação IRS	10.439,00	7.864,08
Injunções	950,00	3.260,00
Total	30.636,85	21.809,62

Os “Subsídios e Apoios do Governo”, ascendem a 183.221,03€, estão divulgados de forma mais exhaustiva na Nota 8.

O total da rubrica Subsídios, doações e legados à exploração ascende a 213.857,88€ em 2017; em 2016 foi de 160.323,61€.

11.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	20.882,70	9.881,40
Trabalhos especializados	2.716,00	-
Publicidade e propaganda	720,78	79,95
Vigilância e segurança	413,01	618,77
Honorários	940,00	3.729,00
Conservação e reparação	3.959,55	2.071,15
Serviços bancários	80,29	129,07
Materiais		
Ferramentas e utensílios	2.030,34	2.032,64
Material de escritório/Livros	286,61	615,21
Artigos para oferta	135,50	79,09
Material de actividades	1.764,79	540,27
Cantina	12.353,10	12.963,22
Outros (Doações/reaproveitamento)	7.722,22	-
Energia e fluidos		
Eletricidade	3.227,46	2.772,67
Combustíveis	4.811,62	5.464,98
Água	796,93	986,53
Deslocações, estadas e transportes	422,73	1.304,33
Rendas e alugueres	716,04	639,49
Limpeza, higiene e conforto	2.092,48	1.621,88
Comunicação	1.294,22	1.734,85
Seguros	4.161,07	281,66
Contencioso e notariado	80,00	558,69
Total	71.607,44	48.104,85

11.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Juros de depósitos	-	0,15
Outros rendimentos e ganhos		
Vendas de artigos prod. por alunos	1.430,00	
Recuperação de custos	672,00	
Imputações de sub. Investimento	4.638,93	2.686,25
Total	6.740,93	2.686,40

Outros Rendimentos e Ganhos, refere-se à Imputação de Subsídios para Investimento, na parte que corresponde à % de financiamento e para compensar os Gastos em Amortizações registados na rubrica respetiva, tal como consta da Nota 5. por contrapartida de Fundos Patrimoniais.

11.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Quotizações	96,00	60,00
Donativos	25,00	-
Outros Gastos e Perdas	8,21	1,00
Total	129,21	61,00

11.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	879,77	1.065,51
Juros de mora		15,78
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	879,77	1.081,29
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	122,29	-
Total	122,29	-
Resultados financeiros	(757,48)	(1.081,29)

11.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção no dia 23 de fevereiro de 2018.

S. Mamede Infesta, 23 de fevereiro de 2018

O Contabilista Certificado

A Direção,

Anabela Mota dos Santos Gonçalves

Graciosa Maria Oliveira Ferreira

Teresa Maria de Oliveira Sousa

Irene Maria Baptista Mafra Barreira

Aldina da Costa Rocha de Oliveira